

CRISE DE TRABALHO

Operários das obras do Estado

O delegado da Bolsa de Trabalho da construção civil, juntamente com uma comissão de operários licenciados das obras do Estado, procurou ontem entrevistar o ministro das Finanças por motivo do despacho da lei dos duodécimos do presente mês, não o conseguiu.

A comissão falou com um dos seus secretários que informou ter sido a lei já publicada, no dia 1º do corrente, no "Diário do Governo". A comissão seguiu depois ao administrador dos edifícios públicos, onde soube que por este senhor já tinha sido entregue à Direcção dos referidos edifícios os documentos para a reabertura das obras.

Em vista desta resposta, a comissão foi à Direcção dos edifícios públicos e entrevistou o respectivo director, o qual informou que a verba era muito diminuta e, portanto, era provável que não fôssem todos os operários admitidos, dizendo por fim que os operários deviam apresentar-se hoje, das 13 horas em diante, nas suas respectivas secções para receberem as ordens que lhes deviam ser comunicadas pelos respectivos chefes.

A comissão de melhoramentos da Associação de Classe dos Mestres e Operários das Obras dos Edifícios e Monumentos Nacionais convida os operários licenciados a reunir hoje, pelas 10 horas, na sede da Associação, travessa do Oleiro, 13, para a comissão dar conhecimento das obras que hão de reabrir e quais as verbas com que foram dotadas referentes ao duodécimo do mês de Janeiro.

Suplemento semanal ilustrado de "A Batalha"

Encontra-se já à venda o primeiro ano deste interessante semanário, devidamente encadernado, numa óptima capa em percalina ilustrada a cores, por Alonso, contendo um indispensável índice dos variadíssimos assuntos de ordem doutrinária, literária e artística.

O seu preço é: 1 volume com 420 páginas, 45\$00.

Encadernação (por capas e índice), 20\$00.

Capas e índice em separado, 15\$00.

Pedidos de colecções, ou envio destas para encadernação, à administração de *A Batalha*.

OS QUE MORREM

António Fernandes Júnior

Faleceu no domingo e sepultou-se ontem, pelas 17 horas, o nosso camarada António Fernandes Júnior, valioso militante operário de Almada, filiado na Associação dos Descarregadores de Mar e Terra daquela vila.

De cultura acanhada, mas dotado dum belo espírito de revolta treinado nas lutas emancipadoras, foi um batalhador audaz e a sua falta fará sentir entre a pleia de que lutam, especialmente, pela emancipação das classes marítimas.

Vitimou-o a tuberculose, depois dum sofrimento prolongado que não conseguiu amortecer-lhe a vivacidade com que sempre lutou, e a sua caída à cama foi o apressar o fim.

O extinto foi, durante algum tempo, correspondente de *A Batalha*, à qual prestou relevantes serviços.

A sua família, amigos e classe a que pertenceu, *A Batalha* apresenta o preito sentido de homenagem e saudade.

Licenças do Governo Civil

Na 3.ª repartição do Governo Civil continua a reforma das licenças de porta aberta até à meia noite, casas de hospedes, hospitais, hoteis, estalagens e casas de pernoita. As licenças de casas de hospedes do ano findo têm de ser reformadas durante a quinzena corrente.

As licenças especiais de porta aberta, depois da meia noite têm tolerância até dia 5 inclusivo, sendo autuados os comerciantes que depois daquele dia não possuam as referidas licenças. Outro tanto sucederá aos clubes da baixa e às chamadas sociedades de recreio.

As licenças de águas minero-medicinas são reformadas na 2.ª repartição do Governo Civil.

As sociedades que tenham bandas musicais e as troupes de bandolinistas terão de reformar os seus alvarás de licença da saída à rua das mesmas bandas ou troupes.

TEATRO APOLÓ

Telef. N. 4129

HOJE HOJE

O DRAMA

TABERNA

de Emílio Sojo

Colossal criação

do

admirável actor-empresário

Alves da Cunha

ESPLÉNDIDO CONJUNTO

TEATRO S. LUIS

Telefone C. 224

HOJE e AMANHÃ

última récita da opereta

Os gaviões

Quinta, Sexta, Sábado e Domingo

4 únicas récitas

COM

A MONTARIA

E A

CANÇÃO DO OLVIDO

BREVEMENTE:

A MOÇA DE CAMPANILLAS

de PABLO LUNA

TEATROS, MÚSICA E CINEMAS

No Eden

"Fungágá", de António Torres e Fernando Ferreira, música de Luís Filgueiras, Alves Coelho e Vasco Macedo

António Torres e Fernando Ferreira se não escreveram o que pode chamar-se uma revista de espírito, conseguiram no entanto uma peça de aparato scénico em que têm um papel importante a Empresa Materiais de Teatro e o indumentarista Castelo Branco, coadjuvados pelos scenógrafos Renda, Serra e Amâncio, Eduardo Reis, Raúl Campos, Luís Salvador, Mergulhão, Augusto Pina & Oliveira e Reinaldo Martins.

A revista tem 14 quadros e em todos elas se nota bom gosto, sendo particularmente rico o 11.º intitulado "Riquesas de Portugal".

O 1.º e o 2.º quadros são menos exuberantes de cér, mas bem pintados, o 3.º e 4.º de Eduardo Reis têm simplicidade e um certo carácter original. O 5.º e 6.º de Raúl Campos oferece uma equilibrada combinação de cér, e 7.º, 8.º e 9.º que formam apoteose do 1.º, são bem lançados, com boa linha de conformo; só não me agrado a espinge que tem pouca propriedade. O 12.º quadro de Pina & Oliveira é feliz de tintas e finalmente os dois últimos têm frescura e viçoso colorido.

A revista "Fungágá" outre se e vê-se com interesse se não iora uma ou outra piada mais livre, bem se receberá sem reparos, mas a maneira como o "compre" António Gomes desencha e commenta os olhos o apôde de trouxa, com que o mimoseiam, melhor se evitaria se não fosse feita com tanta saliência que desfaz o intuito de double-sens.

Laura Costa fez todos os seus papéis com a mocidade que neles costuma pôr, tendo de bair a rábula cantada da "Ladrão bolchevista" que é um bom libelo aos falsificadores e ladões da alta banca.

Alberto Miranda correcto nos seus papéis, António Gomes com a intuição costumada, Justina de Magalhães cantou bem, José David, Dinah Stichini, Artur Rodrigues, Ricardo Maia, Carlos Alves, Cesário Henriques, Zulmira Bettencourt e os outros artistas diligentes. A música de Luís Filgueiras, Alves Coelho e Vasco Macedo, coordenada e original, agradável. A encenação de Henrique Santana simples.

Nogueira de BRITO

O concerto da Sociedade Nacional de Música de Câmara

A Sociedade Nacional de Música de Câmara, cuja pertinacia tem sido notável, conseguiu até que a desolante sala de recitais do Conservatório se alegresse com o abat-jour cér de laranja que vela discretamente a luz duma lâmpada que desce do tecto sobre os executantes.

Foi sob a influência duma iluminação suave que deixa ver menos téses de aranha que pendem das paredes, que eu ouvi o concerto com que a Sociedade inaugurou o seu sétimo aniversário.

Desde a escolha aprimorada do programa até à execução, tudo correu de forma a honrar o critério educativa que move, nesta empresa musical, os directores de data.

Malhoa Migueis com palavras entusiásticas abriu o recital, pondo em relevo a obra da Sociedade e fazendo sentir, não por culpa dela, a falta dum grupo orfeônico imprescindível à constituição duma Sociedade de Música de Câmara. Malhoa Migueis expôs a propósito o que seja música de Câmara, no que, nos parece, não andou mal, pois temos a certeza de que a maioria dos ouvintes o ignorava.

Deu começo ao concerto o "trio des Jeunes ismaelites do outono", de Berlioz, "L'enfance du Chuit", interpretado por D. Lucília Barba, Manuel Duarte e Jaime Mendes.

A sonata em mi bemol n.º 3 de Beethoven obteve de D. Maria Assis Lopes uma execução muito correcta, ainda que pouco lúida.

D. Raquel Bastos cantou com grande afinação e desbastados variações de Mozart e "Rouxinol", de Rui Coelho, que lhe valeu muitos aplausos. O septuor de Saint-Saëns, célebre como o quator e o quinteto, do mesmo compositor, dei margem a que o trompetista Francisco Furtado revelasse o explêndido som que sabe extraír do seu instrumento. Os outros concertistas madiana Pavía de Magalhães, seu marido, Fernando Cabral, José Henriques dos Santos e Humberto Franco, contribuiram com o seu melhor quinhão para o êxito desta bela página do autor do "Samson e Dalia".

No próximo concerto da Sociedade de Música de Câmara que em breve se realiza terão hão trechos notáveis dos melhores compositores da especialidade.

N. de B.

Orquestra Portuguesa

Fernandes Fão dando ao público que frequenta os concertos da sua Orquestra Portuguesa a protofonia da ópera de Lalo "Rodrigo", proporcionou o ensejo de se admirar a galantíssima orquestração desse genial compositor francês, cuja celebridade custou a chegar, mas que hoje tem merecido a atenção e os elogios mais elevados que é possível ambicionar-se.

Como música bem ordenada, duma textura encantadora, fluente e torrencial, não será fácil descobrir quem, como Lalo, soube viver inspirações mais roçagantes em páginas de tanta beleza.

Fernandes Fão devia tornar conhecidas outras produções do notável músico francês. Creio que até agora só revelou a rapsódia norueguesa. Nos concertos mistos em que costumam figurar solistas de piano e violino podia fazer executar algumas das suas más belas da música.

A orquestra deu-nos uma óptima audição da suite de César Cui "In modo popular", que não nos impressionou, o que já não sucede com a 3.ª sinfonia de Brahms. Nesta obra Brahms continua a evidenciar a sabedoria com que orquestra e em que a virilidade iguala o sentimento.

"Le rouet d'Omphale" e "Oriente e ocidente" de Saint-Saëns — tiveram o claro-escuro tão necessário às obras do autor da "Dança macabra".

Pintores da Construção Naval e Anexos

A comissão administrativa, convida os seus associados a irem à sede do Sindicato, todos os dias úteis, das 19 às 20 horas, e nesse dia se inscreverem na escala dos sem-trabalho e buscarem as cadernetas federativas.

DESPORTOS

FUTEBOL

O S. L. e Benfica conseguem vencer o Helsingborg por 3-1 — O Vitória bate o F. C. do Porto por 2-0

A série de jogos que o grupo sueco se propôs realizar em Lisboa, com relativo sucesso, teve por desfecho a vitória do Benfica, que, em desafio-desforra, conseguiu infligir ao Helsingborg a sua única derrota em terras portuguesas.

O jogo desenvolvido no Campo Grande, se não foi dos melhores que temos visto fazer ao Benfica, não deixou no entanto de agradar pela alma que lhe imprimiram os seus jogadores do princípio ao fim dos nove minutos, em que o domínio mais lhe pertenceu. Especialmente na segunda parte, a boa actuação do guarda-redes sueco evitou o aumento do activo do grupo português.

Como sempre, os suecos foram os primeiros a marcar, por intermédio do extremo direito e devido a uma má jogada do médio direito do Benfica. Poucos minutos passados os "vermelhos" igualavam, pelos pés de Simões que remata explêndidamente um bom centro de Figueiredo.

Quasi no fim do primeiro tempo um ponto mais devia ter alcançado o Helsingborg, se a má posição do árbitro, a meio campo, e a intervenção rápida de J. Travassos que desviou a bola, lhe tivesse permitido ver que a bola houvera já ultrapassado a linha do goal.

Na segunda parte, intensificado mais o ataque, o Benfica conseguiu a marcação de mais duas bolas que lhe garantiam a vitória e que provocou a desorientação nas linhas suecas que se deixaram dominar.

O encontro, um tanto duro por vezes, foi interessante e a vitória da Benfica justa, porque jogou melhor, sem contestação.

Seria, nos devidos termos, um 3-2 o resultado verdadeiro do encontro, mas verdade seja também, que outras ocasiões houve em que ao grupo português se lhe proporcionou marcar, não o conseguindo pelo exímio trabalho do porto-riquense, umas vezes,

Seguiu-se o professor Tomaz da Fonseca.

Afirmou que não está tudo perdido e de que ainda há portugueses capazes de se erguerem e escorrerem os vendilhões da política...

... "A questão é que lhes chegue a

Seguiu-se o professor Tomaz da Fonseca.

Afirmou que não está tudo perdido e de que ainda há portugueses capazes de se erguerem e escorrerem os vendilhões da política...

... "A questão é que lhes chegue a

Seguiu-se o professor Tomaz da Fonseca.

Afirmou que não está tudo perdido e de que ainda há portugueses capazes de se erguerem e escorrerem os vendilhões da política...

... "A questão é que lhes chegue a

Seguiu-se o professor Tomaz da Fonseca.

Afirmou que não está tudo perdido e de que ainda há portugueses capazes de se erguerem e escorrerem os vendilhões da política...

... "A questão é que lhes chegue a

Seguiu-se o professor Tomaz da Fonseca.

Afirmou que não está tudo perdido e de que ainda há portugueses capazes de se erguerem e escorrerem os vendilhões da política...

... "A questão é que lhes chegue a

Seguiu-se o professor Tomaz da Fonseca.

Afirmou que não está tudo perdido e de que ainda há portugueses capazes de se erguerem e escorrerem os vendilhões da política...

... "A questão é que lhes chegue a

Seguiu-se o professor Tomaz da Fonseca.

Afirmou que não está tudo perdido e de que ainda há portugueses capazes de se erguerem e escorrerem os vendilhões da política...

... "A questão é que lhes chegue a

Seguiu-se o professor Tomaz da Fonseca.

Afirmou que não está tudo perdido e de que ainda há portugueses capazes de se erguerem e escorrerem os vendilhões da política...

... "A questão é que lhes chegue a

MARCO POSTAL

Coimbra.—A. Januário.—A importância da quinta, 6350, para os corticeiros deve ser sido entregue diretamente para a Federação Corticeira, porque não consta na nossa escrita.

Benavila.—J. R. Dias.—Aguardamos urgente liquidação.

Ericceira.—A. A. B.—Recebemos 5\$00, para pagamento até 31 de Dezembro. Falta 4\$00.

Coviceais.—M. J. Lopo.—Ficou pago até 31 de Dezembro findo.

Aibernoa.—J. Pequena.—Paguei apena-sas Terras e Outubro.

Pórtio.—A. Comuna.—Roberto Lima está liquidado, até ao último número. Breve se-gue a conta corrente.

AGENDA

CALENDARIO DE JANEIRO

S.	11	18	25	HOJE O SOL
S.	12	19	26	Aparece às 7,56
D.	13	20	27	Desaparece às 17,29
S.	14	21	28	FASES DA LUA
T.	15	22	29	1. C. dia 24 às 2,1
Q.	16	23	30	Q.M. 7 12,11
Q.	17	24	31	Q.C. 14 19,5

MARES DE HOJE

Praiamar às 6,41 e às 7,01
Baixamar às ... e às 0,11

CAMBIOS

Países	Compra	Venda
Sobre Londres, cheques	95\$00	
Madrid cheque...	2577	
Paris, cheque...	275	
Suica, ...	3380	
Bruxelas cheque	389	
New-York, ...	1950	
Amsterdão ...	7590	
Itália, cheque...	779	
Brasil, ...	2503	
Praga, ...	558	
Suécia, cheque...	527	
Austria, cheque	277	
Berlim, ...	468	

ESPECTÁCULOS

TEATROS
São Carlos.—A's 21,30—Os Homens de Hoje.
Politeama.—A's 21,30—Seguro de Vida.
Trindade.—A's 21,15—O Clô Clô.
Gimnasio.—A's 21,15—Vida e Dóura.
Epolo.—A's 21,15—A Taberna.
São Bento.—A's 21,15—Os Gavilões.
Brenhá—A's 21,15—O Pão de Ló.
Eben.—As 20,45 e 22,45—Funagá.
Celsus—A's 21,15—As Duns Ofáias.
Ilha Victoria—A's 20,22,30—Foot-Ball.
Selv. Soz.—A's 9,45—O Pírolito Animatógrafo e Variades.

Cinema Eli Vicente (á Graça)—Espectáculos ás 3,45, sábados e domingos com matinée.

Irenó Parque—Todas as noites. Concertos e discursos.

CINEMAS
Tivoli—Olimpia—Central—Condes—Chiado—Terreiro—Arco Bandeira—Promotora—Esperança—Tortoise—Cine Paris.

ISQUEIROS

Pedras, Metal Auter, vendendo-se na LAFTA, do Conde Barão.—Dúzia, \$40; 100, 2839, milheiro, 2550.

Largo do Conde Barão, 55

Grande desconto aos revendedores

LIMAS NACIONAIS

UNIÃO
Só a grande fábrica de propaganda tem dando lugar a que ainda hoje se consumam em Portugal limas estrangeiras, visto que as limas portuguesas são de menor qualidade que as limas inglesas e francesas. As limas inglesas e francesas que se encontram à venda em todos os postos estão sempre de ferragemada pena.

MARCAS REGISTADAS pressa de Limas União Fábrica Britânica, rivalizando em preço com as melhores das fábricas do Mundo. Experimentem, pois, as nossas limas que se encontram à venda em todos os postos e estabelecimentos de ferragemada pena.

Guerra aos chapeus concertados

Chapeus para homem a 20\$00

Mais de 1000 chapeus de variados formatos e cores, acabados de receber para vender ao público por conta do fabricante

OCAÇÃO ÚNICA!

Harmazem de Chapeus e Laniticos R. dos Fanqueiros, 400-I.^o (junto à ru. da Palma)

— Santo Deus! toda a gente sabe isso—prossegui o narrador—o filho do alfaiate de quem falo assistiu a essa reunião diabólica; viu tudo com os seus olhos; e depois dos luteranos haverem recebido, à maneira de baptismo, a aspersão do sangue da criança degolada, o sacerdote disse-lhes:

— Agora tirai os vossos vestuários e orai a Deus a nossa moda. Vivam o inferno e o luteranismo.

— Dizendo estas palavras, o sacerdote luterano apagou as duas tochas, e todos os herejes, homens, mulheres e raparigas, na maior confusão e nos trajes de Adão e Eva, no meio das trevas. . . Finalmente... vós compreendeis-me... E' abominável.—Que horror! Amaldiçoados sejam elas!

— Misericórdia, meu Deus! tende compaixão de nós...

— Valha-nos a confissão!! semelhantes infâncias prognosticam o fim do mundo!

— Frei São Lourenço, reverendo carmelita, meu confessor, disse-me mais que todas as reuniões de luteranos acabavam daquele modo. Estava tão indignado, aquele bom padre, que me deu pormenores... ah! mas pormenores que me faziam o rosto numbra.

Estas narrativas, que resumem as estúpidas e atrozes calúnias que os frades espalhavam contra os reformados, foram interrompidas por novos clamores lancados no interior de La-Cour-Dieu. Cristiano e o desconhecido, ouvindo com secreto desgosto e muda indignação, estas coisas ditas por um povo ignorante e crédulo, haviam seguido o movimento da multidão, e achavam-se debaixo da abóbada do postigo, donde podiam abraçar com o olhar o que se passava na praça. Uma espécie de altar, guarnecido de tochas acesas, se levantara debaixo da abóbada da porta do convento dos franciscanos; uma estátua da Virgem de grandeza natural, magnificamente vestida com um vestido de brocado de ouro, com o rosto pintado como um retrato, dominava o altar.

Muitos franciscanos, entre os quais Cristiano recon-



FATOS completos e sobretudos

em bom cheviote com bona forra e bom acabamento para homem, desde..... IMPERMEAVEL para homem com cinto e capuz:

em oleado, castanho..... Duas faces gabardine e oleado para vestir dos dois lados, cores, preto e bege, em lá.

Em gabardine preta de lã, padrão de oficial de marinha..... Imitação de camurça e cabedal, modelo para automóvel..... IMPERMEAVEL para senhoras com cinto e capuz a.....

Entra..... Descontos para revenda

Para a província remetemos catálogos com amostras a quem pedir 170, Rua da Boa Vista, 172 Rua do Amparo, 36

A GRANDE BAIXA DE CALÇADO SÓ COM O LUCRO DE 10% NA

SAPATARIA SOCIAL OPERARIA

Sapatos para senhora..... Sapatos para homem..... Botas pretas grande saldo..... Botas brancas (salido)..... Grande saldo de botas pretas..... Estojo de couro para homem..... Não confundir a SOCIAL OPERARIA com Ver bem, pois só é encontrada bono e barato. A Social Operaria é na rua dos Cavaleiros, 18-20, com Filial na mesma rua, n.º 02.

LUESAN Anti-sifilítico eficaz, cômodo e económico adoptado por distintos clínicos
N.º VENDA NAS PRINCIPAIS FARMACIAS
DEPÓSITOS:
No Porto Farm. Dr. Moreno—Largo de S. Domingos, 42-44
Em Lisboa F. Azevedo, Irmão & Veiga R. do Mundo, 24-42
Farmácia Azevedo, Filhos-Rossio, 31-32
Pestana, Branco & Fernandes L. —Rua dos Sarcófagos, 39, r.

Policlinica da Rua do Ouro Entrada: Rua do Carmo, 98 Telefone N. 5353
Medicina; coração e pulmões—Dr. Armando Narro—A's 5 horas.
Cirurgia—operações—Dr. Bernardo Vilar—4 horas.
Rins, vias urinárias—Dr. Miguel Magalhães—10 horas.
Febre sifílica—Dr. Correia Figueiredo—II e Doenças nervosas, electroterapia—Dr. R. Loff—2 horas.
Doenças dos olhos—Dr. Mário de Matos—2 horas.
Garganta, nariz e ouvidos—Dr. Mário Oliveira—19 horas.
Estómago e intestinos—Dr. M. M. Belo—5 horas.
Doenças das senhoras—Dr. Emílio Paiva—2 horas.
Doenças das crianças—Dr. Filipe Manso—12 horas.
Tratamento de diabetes—Dr. Ernesto Roma—5 horas.
Eoca e dentes—Dr. Armando Lima—10 horas.
Câncer e radio—Dr. Cabral de Melo—4 horas.
Raio X—Dr. José de Padua—4 horas.
Análises—Dr. Gabriel Bento—4 horas.

DR. ARMANDO NARCISO Médico do Hospital de Santa Marta CLÍNICA MEDICA Consultório: Travessa Noa de S. Domingos, 9 (à Rua de Alvalade) Residência: Rua Nogueira e Sousa, 17 (ao Lado do Corredor)

Francês sem mestre por GONÇALVES PEREIRA 1 volume de 400 páginas 15\$00 Pelo correio 16\$50. Pedidos à administração de A Batalha.

A CURA DAS DOENÇAS PELAS PLANTAS, livro útil ás boas donas da casa. Preço 2\$00; pelo correio, 2\$50. Pedidos à administração de A Batalha.

nheceu frei Girardo, estavam perto da capela, dois dêles tinham nas mãos grandes bolsas de veludo, e estavam colocados aos lados da estátua; um grupo numeroso de homens e mulheres estavram repelados, de rostos cinicos, repugnantes ou ferozes, armados com paus e agrupados junto da porta do convento, esperavam o momento de se lançarem, ao sinal dos frades, sobre os desgraçados que fossem suspeitos de heresia; cada transeunte que saisse do postigo havia de atravessar forçosamente a praça a pouca distância da estátua da Virgem: se ajoelhava, e lançava á sua esmola a bolsa dos pedintes, nenhum perigo corria; porém, se não cumpria este acto de devoção, o bando feroz desencadeado pelos frades, corria sobre o luterano, desancava-o ás pancadas, e muitas vezes ele ficava morto no meio da praça. Quasi todas as pessoas que precederam Cristiano e o desconhecido foram, ou por piedade ou por medo, ajoelhar defronte da imagem da Virgem, depois do que, levantando-se, depunham a sua oferta na bolsa dos franciscanos.

Um homem ainda novo, débil e de pequena estatura, atrás do qual se achava Cristiano, disse a meia voz preparando-se para fazer girar o torniquete, a fim de sair do postigo:

— Eu sou católico, mas, sangue de Deus! antes querer ser feito em postas do que afrontar semelhante opressão! Vão para o diabo todos os frades!

— Fareis mal... —disse-lhe baixinho Cristiano— esta indignidade revolta-me, assim como a vós; mas, o que se há de fazer contra a fôrça? Submetei-vos a essas ignominiás.

— A-pesar-de arriscar a minha vida, hei de protestar! semelhantes excessos desonram a religião —respondeu este homem de bem a Cristiano. E saiu do postigo, com passo firme, atravessou a praça sem voltar a cabeça para o lado do altar; mas apenas a tinha passado, quando aquela gente esfarrapada agrupada em volta dos frades, deixando atrás daquele inferno, apanharam, e cercaram-no berrando:

— Herejel luterano! —Ele ultraja a imagem da mãe Salvador! —De joelhos! —Morte ao hereje. Enquanto aqueles fanáticos cercavam a sua vítima, Cristiano disse ao seu companheiro:

— Aproveitemos do tumulto e procuremos escapar a estes animais ferozes; infelizmente é inútil tentar subtrair ao seu furor insensato aquele homem de bem de quem já se apoderaram...

— Cristiano e o desconhecido saíram a seu turno do postigo e atravessaram a praça dirigindo-se a tóda a pressa para a outra saída, sem pararem diante do altar; os frades tendo-os observado, exclamaram, mas demasiado tarde: —Eis acolá dois outros herejels! Els fogem! a-fim-de não ajoelharem diante da santa Virgem! agarrai-os!... Obrigai-os a despejar os bolsos.

A voz dos franciscanos não chegou aos ouvidos do bando de energuménos encarniçados com a sua presa;

— Eles soltavam gritos selvagens agredindo brutalmente,

— não um hereje, mas sim um católico, culpado de se recusar a uma adoração imposta violentamente, e que, a não ser assim, ele teria cumprido de boa vontade.

Este infeliz, depois de se ter corajosamente defendido com uma bengala, única arma que trazia, foi suplantado pelo número, e jazia lívido, ensanguentado, quase sem vida, sobre a calçada, onde uma horrível megera o arrastava pelos cabelos, ao passo que outros fúriosos da escória do povo, lhe davam pontapés no rosto.

— Misericórdia!... —exclamava ele com voz quase extinta; — Jesus!... meu Deus!... tende piedade de mim!... Assassinam um bom católico!

Foram estas as suas últimas palavras; dai a poucos momentos não se ouviu mais gritar... O carniceiro com quem Cristiano tinha trocado algumas palavras correu a reunir-se aos alógozes; depois de ter piedosamente ajoelhado diante da estátua da Virgem, puxou pela faca, e brandindo-a exclamou:

— Por São Tiago! deixem-me sangrar o luterano, isso valer-me-há bem uma indulgência... e dai o meu ofício é sangrar!

— Ai de mim! Hervé foi fiel à sua promessa. Há muito tempo de volta ao lar paterno, e prosseguiu

Valério, Lopes & Ferreira, L. FERRAGENS E FERRAMENTAS

Metais, cutelarias, talheres, louça esmaltada, parafusos, fundos para cadeiras, guardanços para móveis —

Chapa ferro preta e zincada
Chapa de zinco, latão e cobre, antimónio, balanças, pesos e medidas, cravo para ferrador, serras circulares e de fita, etc.

84, R. DO IMPERIAL, 86—LISBOA — TELEfone 3930, N.º 2442241

IMPOTÊNCIA

Comprimidos de cloridato de yohimbina quimicamente pura do dr. R. Wolff — Berlim

Medicamento precioso, sempre que seja necessário tonificar o aparelho genital. Não tem efeitos secundários. Os seus efeitos são garantidos, não tendo os inconvenientes de taninismos substanciais indicados com o mesmo fim, visto que não se acumula no organismo e não produz efeitos secundários nos rins.

Numerosas confirmações individuais o testem, assim como afeções médicas

Envia-se oculto — Preço: 15\$00; pelo correio, 18\$00

IIº venda no Alentejo e Distrito de Portugal e Colónias

A BATALHA

Decorreram muito animadas as sessões do Congresso Pedagógico, da União do Professorado Primário, que discutiu vários problemas de carácter pedagógico e corporativo e aprovou uma saudação ao nosso jornal

O Congresso Pedagógico de 1925, promovido pela União do Professorado Primário, iniciou os seus trabalhos na tarde de anteontem. A sessão inaugural, cerimoniais a todos os títulos, realizou-se no salão nobre da Câmara Municipal de Lisboa com a assistência de pouco mais de 200 congressistas, número muito inferior ao que anuncia a respectiva comissão organizadora.

Para presidir a esta sessão foi convidado o dr. sr. Bernardino Machado, que chegou aos Paços do Concelho já passava das 15 horas. Immediatamente à sua chegada, o chefe do Estado, sob o reboar dum grande salva de palmas, assumiu a presidência, ocupando os lugares de secretários os srs. dr. Santos Silva, ministro da Instrução, e Manuel Barroso, secretário geral da União do Professorado Primário.

Usou em primeiro lugar da palavra o ministro da Instrução que leu um pequeno discurso onde se afirma que o governo, na declaração com que se apresentou às Camaras, punha bem em relevo o seu encantado amor pela instrução e *muchas cosas más*. Diz mais, que em nome do governo vem trazer as saudações aos congressistas, fazendo votos por que os professores saibam preparar para a vida social a infância de hoje. Em seguida traça o elogio do presidente da República, a quem considera um grande apóstolo da instrução. Ao terminar, afirma:

— O governo aguarda atentamente as decisões que aqui forem tomadas.

Há vivas e palmas, e o dr. sr. Bernardino Machado ergueu um viva à República e outro ao magistério, retirando-se em seguida.

Alguns minutos de suspensão e a sessão é reaberta, agora sob a presidência do dr. sr. João Camões, secretariado pelos srs. dr. Luís Passos, director da Escola Normal, e Silva Barreto.

O sr. Manuel Barroso, secretário geral da União do Professorado Primário, leu ao Congresso o seu discurso da Confederação Geral do Trabalho:

— Presados congressistas. A Confederação Geral do Trabalho, em nome dos trabalhadores dos campos, dos transportes e das oficinas setas aderentes, e dos que em espírito estão com este alto organismo proletário, saúda, na pessoa dos congressistas, a grande família do Professorado Primário nem sempre tão justamente atendida nos seus interesses como a sua alta missão educadora lhe dá direito. Do mesmo modo, a C. G. T. faz ardentes votos para que mais estreitas relações se criem e desenvolvam, entre o proletariado organizado e o professorado primário — o proletariado do ensino, e por quem aquele sente, sempre, a mais íntima simpatia. Numa palavra, a C. G. T. deseja toda a solidariedade entre os que, vítimas do sistema do salariado e da presente organização social infusa, são ainda quem ultimamente trabalha para a colectividade, sobretudo, neste calamitoso momento. — Fraternais Saudações Sindicais.

Depois da leitura deste discurso, o mesmo orador sauda o presidente tecendo largos encômios à sua obra quando ministro da Instrução. Essa saudação torna-a extensiva a todos aqueles que contribuem para o bem da sociedade.

Proseguindo, o sr. Manuel Barroso diz que o professorado primário de todo o país está hoje reunido para fazer triunfar uma obra que apenas está embrionária. Essa obra, explica o orador, é a reforma de ensino proposta pelo dr. João Camões, que dorme o sono dos justos. Enquanto ela não for materializada o professorado não descanará.

O orador alude agora à situação em que se encontram os edifícios de várias escolas, desmoronarem-se, cujo ambiente não é propício a uma grande obra educadora.

Ao terminar:

— É necessário que ao educador seja dado amplo campo para uma obra de renovação que é mister fazer.

Fala em seguida o professor Gomes Belo que num pequeno discurso felicitase por a sua classe estar reunida sob a presidência dum homem que bastantes serviços tem prestado à causa da instrução. Com uma quente saudação às classes trabalhadoras diz que estas veem ao fim de algum tempo o fruto do seu trabalho o que não sucede ao professor, cujo trabalho, por muito brilhante que seja, perde-se na obscuridão dos tempos.

Em nome do conselho federal fala o professor Manuel Oliveira que sauda o dr. sr. João Camões. Refere-se depois aos esforços do professorado primário com a realização dos seus congressos, cujos trabalhos não têm podido materializar-se como convinha, porque a isso tem obstado o desinteresse dos poderes públicos.

A professora D. Lucinda Tavares num pequeno discurso faz realçar a solidariedade existente entre os professores da capital e da província.

Recordando uma frase do dr. João Camões, D. Lucinda diz que há um único problema, o pedagógico, no nosso país. A pesar dessa grande verdade, vê que em 15 anos de República nenhum dos parlamentos se interessou a sério pelo problema pedagógico, e só o dr. João Camões acha que esse problema. Termina afirmando que a República tem descurado a educação popular. Foi muito aplaudida.

Falou depois o sr. Augusto Martins, que em nome da Federação Escolar justificou a falta do secretário do ministro da Instrução e saudou o dr. João Camões.

— Apesar duas classes: a operária e a do professorado aplaudiram a reforma do ensino.

O dr. sr. João Camões vai fazer uso da palavra. Um momento expectante e o ex-ministro da Instrução principia:

— Estou deveras sensibilizado com a honra que me conferiram elevando-me a presidente desta sessão e com as saudações que recebi.

Referindo-se ao projecto de lei sobre reforma do ensino que há tempos apresentou ao Parlamento, o dr. sr. Camões diz:

— Quando em 1923 apresentei o meu trabalho auscultei bem o ambiente de desconforto que me cercava. Não admira. É natural que assim sucedesse por se tratar do trabalho dum político. A pesar do meu grande desejo de reformar, se me preguntem que minha opinião quando apresentei

o trabalho, embora fosse compreendida como um paradoxo, eu diria que ela não devia ser posta em prática, enquanto não fosse intensamente sentida, e ardentemente desejada por todos, especialmente pelos executivos. Uma prova do alcance social da minha para poder viver, antes de ir para as páginas do *Diário do Governo*, tem que ser sentida, tem que ser desejava.

Proseguindo o dr. Camões afirma que a Reforma é hoje aplaudida por muitos daqueles que a combatem ontem. Quando a apresentou, apenas duas classes: a operária e a do professorado aplaudiram esse trabalho. Felizmente essas duas classes, as suas forças mais importantes, souberam compreender um trabalho ditado apenas por um sentimento elevado: o de legar ao país alguma coisa de bom.

O orador, com grande recorte literário, faz uma crítica cerrada aos males morais da sociedade contemporânea afirmando que o que há é crise de direcção em virtude da sociedade ter sido decapitada nos seus órgãos superiores.

Depois com ardor:

— A base de toda a preparação está na escola primária. Mas essa escola deve estar amplamente ligada à vida, porque a arte de viver é adquirida por educação, por aprendizagem. A escola deve preparar pessoas para viverem por si, prepararem por si a consciência e o carácter.

Uma outra afirmação do orador:

— Fala-se dum Portugal Maior! Portugal Maior para quê? O que nós precisamos é dum Portugal melhor que tem que ser preparado por nós, quando corrigirmos os nossos erros. O franquismo foi a última tentativa monárquica; a república foi a última tentativa patriótica! (*sensação*).

A terminar:

— Que os meus filhos não tenham que arrepender-se de ter cursado escolas de Portugal, são os meus votos.

Uma nova salva de palmas e a sessão é depois encerrada, ouvindo-se alguns vivas ao professorado e ao operariado.

0 decreto que cria a Caixa de Previdência foi repudiado na 2.ª sessão

A 1.ª sessão do Congresso Pedagógico realizou-se no *gimnásio* do Liceu de Camões, na noite de anteontem. Aberta ás 21,15 horas, presidiu o professor sr. Artur Melo Pinto, secretariado a sr. D. Deodinda Augusto Pinto e o sr. Claudio Dias Rosa.

No expediente há saudações dos núcleos escolares de Vila Real e Aracó e Federação Escolar do Porto.

Por aclamação elege-se a comissão de verificação de poderes, que fica constituída pelos srs. Joaquim Rodrigues, de Lisboa, Augusto Abreu de Oliveira, do Porto, e José Rodrigues Pral, de Faro.

Sobre o regulamento do Congresso falam vários congressistas durante meia hora, até que o professor sr. Augusto Martins propõe que o regulamento seja aprovado, o que se faz por unanimidade.

Entrou-se no período nas "Comunicações Livres". Increver-se-á logo grande número de congressistas.

O primeiro a fazer uso da palavra foi o dr. João Boavida Canada que se ocupa da situação dos professores aposentados, propondo que a comissão executiva, junto do Parlamento, se ocupe da sua situação.

O congressista sr. Rui Fernandes Martins trata da situação dos professores deslocados, em número de cinco mil, que se encontram numa situação difícil. A pesar desse quadro o analfabetismo aumenta assustadoramente. Defende com calor, para obviar à crise referida, o encerramento temporário das escolas normais.

O orador, voltando-se para a bancada da imprensa, afirma:

— Os professores desejam extinguir o analfabetismo e não o podem fazer. Há 5.000 professores que não têm onde empregar a sua actividade e por isso estão passando fome e miséria!

Termina apresentando uma moção que defende o encerramento das escolas normais.

O sr. Mário Sedas saúda a imprensa e propõe que a União do Professorado Primário, dos seus cofres, retire 500 escudos para as vítimas da catástrofe de Espinho.

Mais propõe: que sejam actualizados os subsídios para rendas de casa; que sejam encerradas as escolas normais por um período não inferior a 3 anos, autorizando-se apenas o concurso às escolas vagas a professores sem colocação e aposentando-se imediatamente todos os professores que têm convinha, porque a isso tem obstado o desinteresse dos poderes públicos.

A professora D. Lucinda Tavares num pequeno improviso faz realçar a solidariedade existente entre os professores da capital e da província.

Recordando uma frase do dr. João Camões, D. Lucinda diz que há um único problema, o pedagógico, no nosso país. A pesar dessa grande verdade, vê que em 15 anos de República nenhum dos parlamentos se interessou a sério pelo problema pedagógico, e só o dr. João Camões acha que esse problema. Termina afirmando que a República tem descurado a educação popular. Foi muito aplaudida.

Falou depois o sr. Augusto Martins, que em nome da Federação Escolar justificou a falta do secretário do ministro da Instrução e saudou o dr. João Camões.

— Apesar duas classes: a operária e a do professorado aplaudiram a reforma do ensino.

O dr. sr. João Camões vai fazer uso da palavra. Um momento expectante e o ex-ministro da Instrução principia:

— Estou deveras sensibilizado com a honra que me conferiram elevando-me a presidente desta sessão e com as saudações que recebi.

Referindo-se ao projecto de lei sobre reforma do ensino que há tempos apresentou ao Parlamento, o dr. sr. Camões diz:

— Quando em 1923 apresentei o meu trabalho auscultei bem o ambiente de desconforto que me cercava. Não admira. É natural que assim sucedesse por se tratar do trabalho dum político. A pesar do meu grande desejo de reformar, se me preguntem que minha opinião quando apresentei

o trabalho, embora fosse compreendida como um paradoxo, eu diria que ela não devia ser posta em prática, enquanto não fosse intensamente sentida, e ardenteamente desejada por todos, especialmente pelos executivos. Uma prova do alcance social da minha para poder viver, antes de ir para as páginas do *Diário do Governo*, tem que ser sentida, tem que ser desejava.

Pela ordem de inscrição falou em primeiro lugar o sr. Albano Barreto que entende que o decreto não devia de ser discutido porque ele está condenado por sua natureza.

Nesta altura o presidente comunica que se encontra presente uma delegação do *Gremio dos Combatentes da República* (uma chafariza que no domingo foi inaugurada). E concedida a um dos seus representantes, o sr. Xavier Bastos, a palavra, para ler uma pequena saudação ao Congresso, que o presidente agradece.

Combatem o decreto em apreciação dos congressistas srs. Pedro de Almeida, Lemos Viana e Ferreira Afonso que propõe que o Congresso inste mais uma vez pelo integral restabelecimento das dissolvidas Juntas Escolares.

O congressista Gomes Belo justifica e manda para a mesa uma proposta pedindo a autonomia do ensino primário geral.

O sr. José Marques Gonçalves combate a doutrina do decreto que insinua que ele traz uma grande economia para o Estado quando se exactamente o contrário.

O professor António Augusto Martins considera aprofonto para o professorado primário o decreto 10.776. Protesta contra a atitude de vários inspectores escolares e termina apresentando uma moção confiando no valor pedagógico do actual ministro da Instrução, advogando a rápida extinção do decreto 10.776 e pedindo as necessárias providências para que os serviços de administração do ensino não sofram interrupção, dando-se assim por discutido o assunto.

E' aprovado um requerimento do dr. Ferreira Afonso dando a matéria por discutida sem prejuizo dos oradores inscritos.

Faíram ainda, entre outros, os congressistas Mendes Cabral e Luís Fernandes.

A sessão foi encerrada às 24 horas.

Na sessão de encerramento foi delirantemente aplaudida a obra educadora de A BATALHA

Pouco depois das 14 horas abriu a 3.ª sessão do Congresso Pedagógico, destinada a "Comunicações Livres" e a "Encerramento". Presidiu o sr. Pedro de Almeida, de Seia, e secretariaram os srs. Ulisses Machado e Delfim Ferrão, Beja. O secretário desta comissão era o da *Lutuosa*.

A matéria foi dada por discutida.

Na sessão de encerramento foi delirantemente aplaudida a obra educadora de A BATALHA

Pouco depois das 14 horas abriu a 3.ª sessão do Congresso Pedagógico, destinada a "Comunicações Livres" e a "Encerramento". Presidiu o sr. Pedro de Almeida, de Seia, e secretariaram os srs. Ulisses Machado e Delfim Ferrão, Beja. O secretário desta comissão era o da *Lutuosa*.

Antes de encerrar a sessão o presidente agridece aos congressistas as facilidades que lhe prestaram, mantendo-se com a máxima cordura, e saída a imprensa representada no Congresso.

Na sessão de encerramento foi delirantemente aplaudida a obra educadora de A BATALHA

Pouco depois das 14 horas abriu a 3.ª sessão do Congresso Pedagógico, destinada a "Comunicações Livres" e a "Encerramento". Presidiu o sr. Pedro de Almeida, de Seia, e secretariaram os srs. Ulisses Machado e Delfim Ferrão, Beja. O secretário desta comissão era o da *Lutuosa*.

Antes de encerrar a sessão o presidente agridece aos congressistas as facilidades que lhe prestaram, mantendo-se com a máxima cordura, e saída a imprensa representada no Congresso.

Na sessão de encerramento foi delirantemente aplaudida a obra educadora de A BATALHA

Pouco depois das 14 horas abriu a 3.ª sessão do Congresso Pedagógico, destinada a "Comunicações Livres" e a "Encerramento". Presidiu o sr. Pedro de Almeida, de Seia, e secretariaram os srs. Ulisses Machado e Delfim Ferrão, Beja. O secretário desta comissão era o da *Lutuosa*.

Antes de encerrar a sessão o presidente agridece aos congressistas as facilidades que lhe prestaram, mantendo-se com a máxima cordura, e saída a imprensa representada no Congresso.

Na sessão de encerramento foi delirantemente aplaudida a obra educadora de A BATALHA

Pouco depois das 14 horas abriu a 3.ª sessão do Congresso Pedagógico, destinada a "Comunicações Livres" e a "Encerramento". Presidiu o sr. Pedro de Almeida, de Seia, e secretariaram os srs. Ulisses Machado e Delfim Ferrão, Beja. O secretário desta comissão era o da *Lutuosa*.

Antes de encerrar a sessão o presidente agridece aos congressistas as facilidades que lhe prestaram, mantendo-se com a máxima cordura, e saída a imprensa representada no Congresso.

Na sessão de encerramento foi delirantemente aplaudida a obra educadora de A BATALHA

Pouco depois das 14 horas abriu a 3.ª sessão do Congresso Pedagógico, destinada a "Comunicações Livres" e a "Encerramento". Presidiu o sr. Pedro de Almeida, de Seia, e secretariaram os srs. Ulisses Machado e Delfim Ferrão, Beja. O secretário desta comissão era o da *Lutuosa*.

Antes de encerrar a sessão o presidente agridece aos congressistas as facilidades que lhe prestaram, mantendo-se com a máxima cordura, e saída a imprensa representada no Congresso.

Na sessão de encerramento foi delirantemente aplaudida a obra educadora de A BATALHA

Pouco depois das 14 horas abriu a 3.ª sessão do Congresso Pedagógico, destinada a "Comunicações Livres" e a "Encerramento". Presidiu o sr. Pedro de Almeida, de Seia, e secretariaram os srs. Ulisses Machado e Delfim Ferrão, Beja. O secretário desta comissão era o da *Lutuosa*.

Antes de encerrar a sessão o presidente agridece aos congressistas as facilidades que lhe prestaram, mantendo-se com a máxima cordura, e saída a imprensa representada no Congresso.

Na sessão de encerramento foi delirantemente aplaudida a obra educadora de A BATALHA

Pouco depois das 14 horas abriu a 3.ª sessão do Congresso Pedagógico, destinada a "Comunicações Livres" e a "Encerramento". Presidiu o sr. Pedro de Almeida, de Seia, e secretariaram os srs. Ulisses Machado e Delfim Ferrão, Beja. O secretário desta comissão era o da *Lutuosa*.

SUPLEMENTO AO N.º 2175

A BATALHA

Redacção, Administração Tipografia
CALÇADA DO COMBRO, 38-A, 2.º andar
LISBOA—PORTUGAL
TELEFONE 539 TRINDADE
Oficinas de Imprensa e Esteriotipia
RUA DA ATALAIA, 114 e 116
Este jornal não se publica às segundas-feiras.
—Não devolvem os originais.—Dos artigos publicados só respondem os seus autores.

PREÇO 30 CENTAVOS—ANO VII—N.º 2175

DIÁRIO DA MANHÃ



PORTA-VOZ DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA PORTUGUESA



Diretor: JOSE S. SANTOS ARRANHA
Editor: CARLOS MARIA COELHO
Propriedade da CONFEDERAÇÃO GERAL
DO TRABALHO
Aderente à Associação Internacional
dos Trabalhadores
Assinatura: Inclui o suplemento se necessário.
Lisboa, mês 950; Província, 3 meses 250\$00.
Afríca Portuguesa, 6 meses 70\$00. Espanha, 6 meses 110\$00.

TERÇA FEIRA, 5 DE JANEIRO DE 1926

O sensacional discurso do dr. Amâncio de Alpoim, proferido ontem na Câmara dos Deputados, demonstrou claramente que a administração criminosa do Banco de Portugal vem, de há anos, produzindo uma série de fraudes e furtos ruinosos para o país. Entre outros crimes, puníveis, segundo o Código Penal, com prisão maior celular e degrêdo, provou que o Banco traz em circulação 130.000 contos de notas falsas!

Ontem, na Câmara dos Deputados, o dr. sr. Amâncio de Alpoim, deputado socialista, proferiu acerca da ruínosa administração do Banco de Portugal — primeiro estabelecimento de crédito do país — um discurso notável. Somos habitualmente parcos em adjetivos, por isso os leitores devem reconhecer que o emprego da palavra notável para qualificar a peça oratória proferida pelo aludido deputado é perfeitamente justa, traduz o seu verdadeiro valor.

Não é, para nós, notável esse discurso apenas pelo fulgor da palavra que o orador manejou com fluência e clareza. Os cantos embaladores das sereias já não nos iludem, a nós, descrentes da política e dos políticos. É notável pela flagrância, pela verdade dos factos apontados, pela gravidade dos crimes revelados, pelo desassombro do ataque formulado. São esses factos, esses crimes — que a consciência do país, a opinião pública exigem esclarecidos — que nos interessam. As criaturas que os revelam, pouco nos importam. Nada temos que ver com as suas ideias políticas, a sua confissão religiosa ou a sua vida particular. Aos factos, a esses atribuímos toda a importância e prestamos a nossa melhor atenção.

E, pois, a importância dos factos que nos leva a publicar hoje, na íntegra, sem alteração de uma vírgula, o discurso do dr. Amâncio de Alpoim. Que ninguém veja, portanto, nos nossos actos presentes uma transigência de princípios ou uma abdicação do ideal que professamos. Nós estamos no nosso campo — o sr. Alpoim está no seu.

Vindo, como vimos, há dias seguidos, fazendo acusações contra os homens que dirigem o Banco de Portugal, apontando à opinião pública criaturas, como Inocencio Camacho, governador do mesmo Banco, cujo passado ignomônico nos dá a certeza moral de que se imiscuiram torpemente neste caso de falsificação de notas, de gorrão com os do Angola e Metrópole, serve-nos o discurso do conhecido deputado socialista para confirmar a nossa campanha redobrando-lhe o valor, com os factos esmagadores ontem desvendados no parlamento.

O Banco de Portugal traz em circulação 130 mil contos de notas falsas — falsificadas para cobrir fraudes, furtos e erros da administração do Banco. Não nos repugna, portanto, acreditar que sendo o sr. Inocencio Camacho governador daquele estabelecimento financeiro que se entrega impudicamente ao fabrico e passagem de dinheiro falso, tivesse sido ainda o sr. Inocencio Camacho quem tivesse encomendado à casa Waterlow, de Londres, essas notas que os do Angola Metrópole distribuiram pelo país.

Os do Angola e Metrópole estão na cadeia, mas os do Banco de Portugal, a pesar dos factos os apontarem inflexivelmente como reus do mesmo crime — estão em liberdade. Não pedimos a cadeia para ninguém. Repugna-nos a missão de delator ou de polícia. Apenas frizamos a dualidade de critérios: para os cumplices, os rigores da lei, e mesmo os que não estão na lei; para os autores da burla, os que abusando de cargos da confiança do Estado burlam uma nação inteira, a liberdade e as honrarias. Quando

Senhor Presidente:

Ficará surpresa a Câmara pela natureza dos factos e considerações que vou apresentar. Aguarda-se evidentemente que eu venha ao Parlamento comentar a campanha, em termos de réclame à americana, que para si se desenvolverá contra mim. Sei bem que não posso nem devo fazê-lo. O Parlamento não é Tribunal Criminal para apreciar os actos de um deputado mais criminoso do que Troppmann Landru ou o Diogo Alves — como parece que eu sou — nem lhe compete também julgar dos aspectos administrativos da campanha que, na forma idónea, e a meu requerimento, vão ser apresentados por quem de direito. O Parlamento discute e vota em assuntos de interesse nacional, é essa a sua missão, que não tem sido infelizmente cumprida; não a abandonará por minha culpa.

Mas a obrigação, que eu reconheço, de me não defender pessoalmente aqui, estabelece para V. Ex.º, Senhores Deputados da Nação, a obrigação de me não atacarem pessoalmente nesta casa. Se tal sucedesse — o que não creio por justiça que lhes façam — eu compreenderia que mais do que à minha apagada pessoa se pretendia enxovalhar e derubar em mim o ideal que modestamente represento. Então eu haveria de falar com inteira clareza, subindo e descendo até onde fosse necessário, para desprazer de muitos e edificação de todos. Partiria muitos testilhos de vidro — estou convencido disso — nem nenhum receio pela conservação das minhas telhas.

Não devo, não temo, e passo adiante... A causa da campanha desenvolvida contra mim é o discurso que vou fazer. Em política verifica-se por vezes este aparente contrassenso. O efeito precede a causa. E assim sucede na Itália que Matteoti foi assassinado por causa de um discurso que ia proferir no Parlamento; e assim sucede em Portugal que ao deputado socialista Amâncio de Alpoim (nome legítimo, porque sou filho de pais cónegos) vazaram sobre a cabeça uma carregada de esferco para lhe abafar a voz. Processo insensato o que se empregou em Portugal. O assassinato mortal de um homem que tem razão para se defender e que sabe fazê-lo é muito mais difícil do que um sumário homicídio. A lama caiu aos meus pés, e subido sobre ela, calcando-a com as minhas sôlas estou em cima de um pedestal, convencido de que se me fez simplesmente, como já afirmei, um sacrifício à americana.

Antes ainda de entrar propriamente nas minhas considerações, eu devo informar o país de que não dou qualquer reparação nos termos dos Códigos de Honra pelas declarações e acusações que vou produzir e provar.

No momento em que eu procurei tomar responsabilidades de honra a um homem que me ofendeu não fui atendido. Seria injusto que eu desse reparações, quando não dão a mim. Por outro lado sucede que por estes dias mais chegados eu, como aquela viúva de uma novela francesa — de Balzac me parece — que não tinha tempo para chorar, não tenho tempo para me bater. Vou acusar muita gente, e não posso ter à porta uma bicha de padrinhos, não posso passar a vida as espadearidas no

Tal como os governos da República, eu suspenso as garantias. Quem queira reparação das minhas palavras que me procure — eu não me esconde — e empregue os processos físicos sumários. Como medida de lealdade devo informar que estou suficientemente prevenido. E homem preventivo é por deus...

E vamos "al grano" como dizem os nossos vizinhos irmãos

humanos. Mas como não perdi a cabeça nem a língua falarei.

Impedido de ver em comissão de inquérito parlamentar, eu tratei de ver pelos meus próprios meios. Encantado por indicações de cima se me despejaram sobre a cabeça chapoeiradas de insultos, eu espreitava e estudava.

Nem me dei ao trabalho de me defender — gente não caça percebeu quando luta com um adversário forte e desleal. E o adversário que eu tinha — não pela frente, mas por detrás da cortina — estimulando e pagando as navalhas que vibravam contra mim, é simplesmente a Administração do Banco de Portugal.

Comecemos pelo princípio:

É já estou escutando por antecipação, Senhor Presidente, o clamor patriótico de certos órgãos da imprensa que recebem pela verba de publicidade do Banco de Portugal.

Vão tuvir contra mim, indignados ou compungidos, acusando-me de trabalhar por conta de Trotsky ou de Zinovieff para

derrubar o baluarte de crédito nacional, o

sacrifício da economia portuguesa, a imacula vestal financeira, Turris eburnea,

sucessora dos fálicos Banco de Lisboa e

Companhia Confiança Nacional, que se chama o Banco de Portugal. Vou passar a ser traidor em lettras de molde, pagas a tanto por linha.

Raciocinemos, se ainda é permitido fazê-lo em Portugal. O crédito da Nação não deriva das barras metálicas e títulos de dívida estrangeira — mais ou menos empenhados que todos somados não valem três milhões de libras, existentes nos cofres do Banco de Portugal. Mal de nós todos se assim fôsse. O crédito do país baseia-se exclusivamente no trabalho, na produção e capacidade tributária de 6 milhões de portugueses, o que me parece ser uma base muito mais nobre e mais alta.

E tão forte éste pilar do nosso crédito que resiste aos constantes assaltos que no Parlamento e na Imprensa se dirigem à administração republicana em todos os seus organismos, sem que tenham receio os atacantes — e ninguém disso os acuse — de derubar o nosso crédito pela constante propaganda do nosso descalabro administrativo.

O crédito nacional pertence à Nação, e esta não passou, nem podia passar, procuração para a representar e defender a dezena de monárquicos que dirigem e dirigiram o Banco de Portugal.

Pois explica-se lá que a República se ti-

vesse proclamado para defender a Nação, e deixasse a base da seu crédito entregue às mãos de monárquicos eleitos pelos seus amigos e cúmplices dos seus negócios? Que disparate seria este? Os republicanos que o afirmam terão de reconhecer que atraíram a República mantendo essa situação. Uma organização financeira de tal forma importante à economia da Nação, não podia, nem uma hora, estar entregue à mão de homens que não sejam escolhidos pelos legítimos representantes destas, que sejam, como os acusados, adversários do regime, reconduzidos como foram agora os directores do Banco de Portugal por aclamação de um grupo de amigos que descontam no Banco sugestionado pelo incassável truc que nessa assembleia se empregou. Refiro-me, senhor presidente, à file visivelmente preparada para os efeitos da assembleia geral, a desprezível comédia da confissão dos preços ao chefe Xavier, comunicada à assembleia por um cumplice da Administração.

Não, não se pode argumentar com a fala de patriotismo de quem não reconhece que o Banco não representa de qualquer maneira, felicemente (e já se compreenderá porque digo "felizmente") a Nação ou o seu crédito.

O crédito que o Banco ainda possue atra-

um regime desce na ignomínia e na iniquidade todos os degraus, até tocar a lama, até chegar à perseguição de inocentes, como os que morrem na Guiné, e a clausura dos menos responsáveis, como os do Angola e Metrópole, para salvar os maiores criminosos que estão ocupando os lugares que de direito pertencem a gente honrada — sim, quando um regime chega a esta desvergonha, os homens verdadeiramente honrados apenas tem dois caminhos a seguir: o da cadeia, que é o dos escravos; ou o da revolta, que é o dos que possuem coração nobre e ideal elevado.

Está mais do que provado (e a cobarde atitude do acusado, calando-se e recebendo em silêncio a lama que se lhe atira às faces, confirma-o que Inocencio Camacho, coajulado por amigalhaços sem escrúpulos, sujou as mãos no caso do Banco do Angola e Metrópole, porque na administração do Banco de Portugal, de sua responsabilidade, tudo é sujeição; porque em vários actos da sua vida tudo é lama viscosa. As pontas dos dedos sujos do Inocencio Camacho apareceram nas assinaturas da correspondência trocada entre o Banco de Portugal e a casa Waterlow, para a encomenda das notas falsas, que o Angola e Metrópole distribuíram. As pontas dos dedos sujos do Inocencio aparecem ainda na pressa com que redigiu a nota para a imprensa a fim de que nos guichets do Banco se trocassem toda a papelada falsa que surgiu. Mas mesmo que as pontas dos dedos não aparecessem, lá de traz da cortina de "honestidade e insençao" que a imprensa venal desceu para ocultá-lo — o fétido do homem, do burlão das águas inquinadas, e da companhia de seguros falida, avisar-nos-ia da sua presença comprometedora, embora oculta, junto da montureira, da estrumeira repelente das notas de quinhentos escudos.

O discurso do dr. Amâncio de Alpoim não cita nomes, apresenta factos, desvenda crimes, cuja responsabilidade está ligada a nomes. Nós encarregamo-nos de revelar, pelo menos um dos nomes — o do Inocencio Camacho, o maior responsável.

Que o país inteiro tome conhecimento dos factos gravíssimos que o eloquente orador arremessou ontem à face fria, silenciosa — o silêncio da cumplicidade e da cobardia moral — de uma Câmara de Deputados que, dizendo-se de representantes do povo, se reúne apenas para sancionar os crimes perpetrados por uma oligarquia criminosa contra uma nação depauperada e sofredora. Que o país inteiro se aperceba de quão baixa é a craveira moral de uma Câmara (sempre tão pródiga em elogios e abraços aos charlatões que vendem ali em discursos parvos os elixires avariados de interesses inconfessáveis) que após o discurso esmagador, que reproduzimos, se conserva criminosamente calada.

E' preciso abrir bem os olhos e ver o espectáculo com olhos de ver: tudo está ruindo nesta sociedade impura sob o império dominante do egoísmo sórdido, da ambição vil, da desmoralização máxima.

Como Sodoma, embriagada de luxuria, a sociedade capitalista está morrendo, estrabuchando numa agonia de bebado que estoira à força de beber, sob o peso brutal dos seus crimes sem perdão.

Que morra depressa — e paz à sua alma!...

vez de uma administração cuja incompetência só é excedida pelo impudor, deriva da situação legal que se lhe criou. Daí e apelei das daf. Mas se assim não fôsse, se realmente o Banco constituisse o mais importante departamento da administração nacional, teríamos que reconhecer, mens seniores, que também não era lícito manter o segredo por um único momento sobre erros e crimes da sua administração. Traidores à Pátria, incontestáveis traidores, seríamos os homens que conhecendo-se os mantivessem em silêncio. Esses sim, esses é que fariam o jôgo dos inimigos externos, e pela cumprimente do seu segredo contribuiriam para a queda do País nos horrores da ruína e da anarquia.

Eu não hei-de ser um desses homens, senhor Presidente. Tive o meu susto de espreitar lá para dentro e compreender. Sereno, sem arremessos de heroí, que não sou, sem timidez de escravo que também me prezo de não ser, venho afirmar a v. ex.º, e ao País, que a Administração do Banco de Portugal, numa assombrosa cumplicidade de homens elegantes que passam a vida a reclamarem por sua honra, falsificam as contas, falsificam as notas e defrauda o País.

As perguntas desorientaram a administração da Nação, desorientaram o sr. Luis Viegas, desorientaram várias pessoas amigas da casa, e resumiram-se afinal em oito pequenas interrogações. Apesar de oito, e por forma perturbante que já andam por aí, a dizer que foram 23!

Vale por trés cada uma, aproximadamente... Não tenho que fornecer-las ao sr. ministro das Finanças, porque as possui no seu ministério com as competentes respostas. Mas devo informá-lo de que essas perguntas não foram formuladas como o sr. Torres Garcia as redigiu. Intermediários, que para o caso não importam, as modificaram em termos de se responder mais facilmente, tal como caíram a toques de corujetas murais de Jericó...

As perguntas desorientaram a administração do Banco, desorientaram o sr. Luis Viegas, desorientaram várias pessoas amigas da casa, e resumiram-se afinal em oito pequenas interrogações. Apesar de oito, e por forma perturbante que já andam por aí, a dizer que foram 23!

Vale por trés cada uma, aproximadamente... Não tenho que fornecer-las ao sr. ministro das Finanças, porque as possui no seu ministério com as competentes respostas. Mas devo informá-lo de que essas perguntas não foram formuladas como o sr. Torres Garcia as redigiu. Intermediários, que para o caso não importam, as modificaram em termos de se responder mais facilmente, tal como caíram a toques de corujetas murais de Jericó...

Já me afirmou uma alta personalidade da Administração Pública que as respostas do Banco são triunfantes. Vamos lá a ver alguns desses triunfos, começando pelo final da prosa de 9 de setembro de 1915, e assim se esconde a misteriosa vida desse fundo. E etc., etc., etc.

Seria um nunca acabar se eu continuasse examinando o sujo aspecto geral dos relatórios. E' preciso ter a alma dum Sherlock Holmes para se perceber qualquer coisa nesses papelinhos.

Mas mesmo assim alguma coisa se entende de inegável, inofensível, real. O confronto das respostas às perguntas do sr. Torres Garcia com as verbas do relatório, com os diplomas que regulam a vida do Banco, produz conclusões esmagadoras para a Administração do Banco.

Comecemos.

Já me afirmou uma alta personalidade da Administração Pública que as respostas do Banco são triunfantes. Vamos lá a ver alguns desses triunfos, começando pelo final da prosa de 9 de setembro de 1915, e assim se esconde a misteriosa vida desse fundo. E etc., etc., etc.

Seria um nunca acabar se eu continuasse examinando o sujo aspecto geral dos relatórios. E' preciso ter a alma dum Sherlock Holmes para se perceber qualquer coisa nesses papelinhos.

As perguntas desorientaram a administração do Banco, desorientaram o sr. Luis Viegas, desorientaram várias pessoas amigas da casa, e resumiram-se afinal em oito pequenas interrogações. Apesar de oito, e por forma perturbante que já andam por aí, a dizer que foram 23!

Vale por trés cada uma, aproximadamente... Não tenho que fornecer-las ao sr. ministro das Finanças, porque as possui no seu ministério com as competentes respostas. Mas devo informá-lo de que essas perguntas não foram formuladas como o sr. Torres Garcia as redigiu. Intermediários, que para o caso não importam, as modificaram em termos de se responder mais facilmente, tal como caíram a toques de corujetas murais de Jericó...

E nem assim, nem assim se conseguiu responder em termos já não digo de justiça, digo em termos de decência. Falta-se a verdade, e a verdade aparece no punho dos próprios que a falseiam.

Sai de vez a sua lama de mentiras, mas é a verdade ainda.

Quanto aos relatórios do Banco, quanto aos relatórios do Banco, eu admiro curvado a capacidade mental do homem que os saiba escrever.

São feitos como certos artigos de certa imprensa, no propósito indiscutível de empurrar quem os leia. Como trabalho de contabilidade, um aleijão, uma vergonha; como trabalho de gazua são uma perfeição, um monólito. Há de tudo lá dentro, há molas ocultas, subterrâneos e alcapões.

E estas rubricas modificam-se de ano para ano, numa mixórd

como o próprio Governador confessa na sua resposta à quarta pergunta do sr. Torres Garcia—as verbas que hão de cobrir prejuízos parciais para se encontrar saldo a favor na conta de Ganhos e Perdas.

Após esta assombrosa resposta o senhor Governador desfecha a continuação da gíranda e diz-nos babado em orgulho:

«Mas há mais um testemunho importante que não convém desprezar: é o testemunho que dão três grandes Bancos do mundo: Westminster Bank, Ltd. (Londres); Midland Bank, Ltd. (Londres); Irving Bank Columbia Trust C. (Nova-York) o primeiro alargou há pouco tempo e mantém o Banco um crédito de libr. 1.000.000 das quais só libr. 750.000 são caucionadas; é com este grande Banco inglês que o do Portugal mantém maior soma de operações; o segundo concede um crédito de libr. 300.000, sendo caucionadas só libr. 200.000; e o terceiro um crédito de 1.700.000 dólares dos quais 500.000 sem caução; quer dizer num total de cédras de 1.700.000 libras, pouco mais de 1.000.000 está caucionado; há pois um crédito inteiramente a descoberto de cerca de 500.000 libras (isto é perto de 50.000 contos da nossa moeda) concedido unicamente pelo crédito do Banco de Portugal. Ninguém acreditará certamente que os técnicos daqueles grandes estabelecimentos informem os seus administradores, favoravelmente ao Banco de Portugal, sem que tenham conhecimento exacto do valor do activo deste estabelecimento de crédito».

Estou farto de dizer-lhe em toda a parte e devo repeti-lo aqui: Os gentlemen das altas finanças quando falam com as autoridades e funcionários da república, ou armam em imbecil, ou convencem-se (e mais me parece certa esta segunda hipótese) de que toda a gente é tola.

Quando mente o Banco?

Quando afirmou na *proclamação* distribuída por ocasião da última assembleia geral que podia levantar no estrangeiro o que podia levantar cerca de £ 50.000, ou quando diz aqui ao ministro que pode levantar cerca de £ 450.000 a descoberto? Teria vergonha de vir a público com a história contada ao ministro, e procedeu como aquele compadre que cortava o rabo do macaco? Vá lá a gente sabê-lo...

Mas o mais importante que é indispensável sublinhar é a desastrada confissão de que o Banco de Portugal tem já uma crédito de 1.260.000 quando os títulos da sua carteira privativa apenas atingem pelo relatório de 1924 valor aproximado de £ 430.000.

Qual é o resto da caução? De que eu saiu? Onde o vão buscar os administradores do Banco? Vão buscá-lo aos fundos de reserva que não pertencem ao Banco, vão buscá-lo aos títulos resultantes da conversão da prata que também o Banco não pertence porque garantem 38.044.000\$00 escudos de circulação, como o próprio Banco confessa na sua resposta ao quesito 5.º do dr. Torres Garcia. A soma destes valores pelo relatório de 1924 dá aproximadamente a quantia indicada pelo Banco como montante de cauções na sua infelicíssima resposta. E assim temos que a Administração do Banco cometeu e confessou o crime previsto e punido pelo art. 453.º do Código Penal, o crime de abuso de confiança, empregando no estrangeiro os títulos e efectuando o que não pertencem porque são garantias da nota. Não levou lá para fora as garantias metálicas (estou convencido disso) apenas por causa do peso que dificulta o transporte.

Em que mal parados créditos concedidos aos propagandistas, cumplices e amigalhados da casa estarão transformados esses títulos?

Faz vergonha, faz nauza, faz tristeza, ter de apontar tais horrores!

Mas há mais, há pior, há muito mais grave.

Poderia argumentar-se que eu estou raciocinando por deduções, quando em verdade apenas me bastei em confissões, sem recorrer de que se venga a demonstrar a imprecisão do que afirmo. Vamos pois adante neste crescendo de escândalos.

No seu primeiro quesito o sr. Torres Garcia interrogava:

«No relatório do Banco de Portugal referente ao ano de 1923 verifica-se uma venda de 248 obrigações do Fundo Externo Português de 3% da terceira série, ao preço médio de 141\$12, obrigações estas que pertencem ao Fundo de Reserva e Amortização. Foi autorizada pelo Governo esta venda?»

Resposta.

Não houve venda, as obrigações aludidas foram reembolsadas pela Junta do Crédito Público em

26 de Fevereiro de 1923 obg. 143
5 de Novembro de 1923 105
obrigações 248

«por terem sido sorteadas. Esta resposta, sr. ministro das Finanças da República, excede tudo quanto a antiga musa canta em matéria do descarramento. Parte-se, para o dár, de princípio que ninguém no Ministério das Finanças sabe o que é o sorteio das obrigações de 3% da 3.ª série Fundo Externo. Lé-se e relê-se e custa a acreditar. O Governador do Banco afirma que as obrigações foram sorteadas pela Junta do Crédito Público à razão de 141\$12 cada uma, calculando que o ministro não sabe que as obrigações sorteadas são pagas ao cambio e pelo valor de libra 19.18 cada uma. Para informar com precisão a Câmara conseguiram saber na Junta do Crédito Público as tabelas que se aplicaram nos dias 26 de Fevereiro de 1923 e 5 de Novembro do mesmo ano. Foram respectivamente de Esc. 2.183\$14 e Esc. 2.24\$529. O sorteio deveria ter produzido assim Esc. 312.213\$90,2 mais Esc. 23.990\$54,5 ou seja no total Esc. 543.204\$47. Só foram lançados em conta Esc. 35.109\$85; faltam portanto 513.094\$59,7. Quinhentos contos! Quem os furtou?

Estavamoos há pouco, sr. Presidente verificando o caso do art. 453.º do Código Penal; estamos agora encontrando a hipótese do art. 421.º

Não se trata de um roubo, felizmente, trata-se apenas dum insignificante furto de 5.3 contos, coisa sem importância para pessoas tão honradas que mereceriam apontar de honra numa assembleia geral do Banco.

Nas a deslavada ocultação, que na resposta ao quesito se pretende fazer, do furto cometido ergina um assombroso rosário de verificações.

São como as cerejas as poucas vergonhas e as misérias que surgem nas abrumadoras respostas do sr. Governador do Banco de Portugal. A gente espreita o Fundo de Reserva e vê-o annualmente roubado. Não aparecem as receitas provenientes dos sorteios anteriores. Existe actualmente um lote de 1.945 obrigações da 3.ª série de 3%. Exmo que era de 47.914 em 1923, e de 7.202 em 1922. Não há particular possuir dum lote de 200 obrigações de 3% que

não veja uma pelo menos saída em cada sorteio. Só o Fundo de Reserva do Banco de Portugal, possuidor de dezenas de milhares de obrigações, não tem uma única obrigação sorteada em gerências que eu verifique desde 1915. A média do sorteio anda em volta da percentagem 1%25. E afinal parece melhor que as obrigações não saiam sorteadas porque quando tal sucede o Banco leva-a à escrita por verba inferior à cotação do mercado, como se vê no relatório de 1923. Deu-lhes o prego das cauteis da 3.ª série. *Gaffe* de escrita natural num Banco que está inteiramente posto a saque. Este furto das obrigações sorteadas deve ascender a alguns milhares de contos.

Bagatelas, bugiguias para homens tão honrados, tão honrados que o corretor do Banco é ao mesmo tempo membro do seu conselho fiscal. Fiscaliza os homens que lhe dão ordens!

Não falemos mais, que poderia fazê-lo, sobre este assombroso ponto. Passemos à segunda pregunta.

Interrogou o sr. ministro das finanças: «No mesmo relatório (1923) consta que se deixaram de aplicar na compra de títulos para o fundo de amortização e reserva mais 16.000 contos. Concordou o governo com a aplicação desta importância contrária ao estabelecido na base 5.º da lei n.º 404?»

Resposta: «As razões da falta de emprego da citada verba foram as que a seguir se inserem e com as quais sempre o governo concordou, concordância de que há provas materiais que produzirem se v. ex.º o desejar.

1.º Ser altamente inconveniente para a economia nacional distrair do mercado, numa época em que o câmbio dia a dia se agrava fortemente, libras correspondentes a 16.000 contos para com elas adquirir em Londres (ou Paris) títulos ouro que conviessem ao fundo de amortização e reserva.

2.º Não ser possível adquirir nas bolsas nacionais obrigações de 3%. Extero português em soma tão elevada.

3.ª Ainda mesmo que as compras fossem feitas em pequenos lotes, isso apenas serviria para alimentar especulações bolistas, promovendo uma alta anormal do 3%. Extero que tinha então atingido cotações muito elevadas.

O conveniente, e isso foi feito, era esperar uma ocasião favorável proveniente da melhoria do câmbio ou de qualquer outra boa oportunidade.

Essa oportunidade veio, com efeito, nos princípios de 1924 em que o próprio Estado pôde fornecer, por venda, ao Fundo de Amortização e Reserva um lote grande de obrigações de 3%. Extero que tinham pertencido ao Fundo de Conventos dos Religiosos suprimidos; assumo que adiante será desenvolvido.

E' preciso ter paciência para suportar esse enjôo éste estendal de desgraças. A resposta é uma vergonha. Não se trata de 16.000 contos que protassem subitamente do solo em alçapão de mágica. Este dinheiro provém de liquidações trimestrais que deviam por lei ter sido sucessivamente realizadas desde 1921. E' mentira portanto o alegado perigo de se lançar à Praça uma ordem de compra tão avultada. O que é verdade é que o Banco andou desde 1921 aplicando por sua conta, às suas taxas de juro, alguns milhares de contos que lhe não pertencem. E para justificar-se vem dizer que aguardou a ocasião oportuna da compra... Sabem v. ex.º quando foi essa ocasião oportuna? E' o Banco que o diz na sua resposta ao quesito 3.º confessando que em 1924 aplicou 12.948 contos na compra de obrigações do Fundo Externo da 1.ª e 3.ª séries as cotações médias de Esc. 804\$30 cada uma. Comprou em 1924 por Esc. 804\$30 as obrigações que entregou em 1923 por Esc. 141\$12 cada uma... E está satisfeito, impõe de gosto!

Que querem v. ex.º que eu chame a isto? Haverá adjetivos suficientes no dicionário português?

Faz vergonha, faz nauza, faz tristeza, ter de apontar tais horrores!

Mas há mais, há pior, há muito mais grave.

Poderia argumentar-se que eu estou raciocinando por deduções, quando em verdade apenas me bastei em confissões, sem recorrer de que se venga a demonstrar a imprecisão do que afirmo. Vamos pois adante neste crescendo de escândalos.

No seu primeiro quesito o sr. Torres Garcia interrogava:

«No relatório do Banco de Portugal referente ao ano de 1923 verifica-se uma venda de 248 obrigações do Fundo Externo Português de 3% da terceira série, ao preço médio de 141\$12, obrigações estas que pertencem ao Fundo de Reserva e Amortização. Foi autorizada pelo Governo esta venda?»

Resposta.

Não houve venda, as obrigações aludidas foram reembolsadas pela Junta do Crédito Público em

26 de Fevereiro de 1923 obg. 143
5 de Novembro de 1923 105
obrigações 248

«por terem sido sorteadas.

Esta resposta, sr. ministro das Finanças da República, excede tudo quanto a antiga musa canta em matéria do descarramento. Parte-se, para o dár, de princípio que ninguém no Ministério das Finanças sabe o que é o sorteio das obrigações de 3% da 3.ª série Fundo Externo. Lé-se e relê-se e custa a acreditar. O Governador do Banco afirma que as obrigações foram sorteadas pela Junta do Crédito Público à razão de 141\$12 cada uma, calculando que o ministro não sabe que as obrigações sorteadas

são pagas ao cambio e pelo valor de libra 19.18 cada uma. Para informar com precisão a Câmara conseguiram saber na Junta do Crédito Público as tabelas que se aplicaram nos dias 26 de Fevereiro de 1923 e 5 de Novembro do mesmo ano. Foram respectivamente de Esc. 2.183\$14 e Esc. 2.24\$529.

O sorteio deveria ter produzido assim Esc. 312.213\$90,2 mais Esc. 23.990\$54,5 ou seja no total Esc. 543.204\$47. Só foram lançados em conta Esc. 35.109\$85; faltam portanto 513.094\$59,7. Quinhentos contos! Quem os furtou?

Estavamoos há pouco, sr. Presidente verificando o caso do art. 453.º do Código Penal; estamos agora encontrando a hipótese do art. 421.º

Não se trata de um roubo, felizmente, trata-se apenas dum insignificante furto de 5.3 contos, coisa sem importância para pessoas tão honradas que mereceriam apontar de honra numa assembleia geral do Banco.

Nas a deslavada ocultação, que na resposta ao quesito se pretende fazer, do furto cometido ergina um assombroso rosário de verificações.

São como as cerejas as poucas vergonhas e as misérias que surgem nas abrumadoras respostas do sr. Governador do Banco de Portugal. A gente espreita o Fundo de Reserva e vê-o annualmente roubado. Não aparecem as receitas provenientes dos sorteios anteriores. Existe actualmente um lote de 1.945 obrigações da 3.ª série de 3%. Exmo que era de 47.914 em 1923, e de 7.202 em 1922. Não há particular possuir dum lote de 200 obrigações de 3% que

que se fabriquem e emitam para as necessidades particulares do Banco ou dos seus amigos, essas são falsas sem sentido.

E a partir de 1920 o Banco de Portugal está emitindo notas falsas para o seu uso particular porque excede a cifra de 76.000 contos de circulação privativa sem ter reservas legais que se approximem sequer aos 25%, necessários para cobertura dessa circulação. Leiam números:

Datas	Circulação contos	Reserva ouro contos	Reserva que deveria existir, ouro, contos
1920	95.000	10.970	23.850
1921	99.300	11.039	24.825
1922	133.000	11.287	33.250
1923	94.090	11.332	23.500
1924	150.000	11.500	25.250

E' de notar que os números da circulação foram arredondados por diminuição e que não reduz ao par as reservas ouro que anam ilegalmente lançadas com prêmio na escrita e que assim aparecem quasi dobradas no valor. Pois mesmo desta maneira não se pode negar que andam desde 1920 girando por esse país fora dezenas de milhares de contos de notas falsas emitidas pela administração do Banco. Trata-se de uma especialidade da casa... Notas falsas para os negócios, notas falsas para o desconto, notas falsas para as despesas, notas falsas para os dividendos.

Um ligeiríssimo crime, quase sem importância, porque se trata de pessoas super-honoradas, acima de qualquer suspeita, gente «chic» que frequenta a boa sociedade, mas que tem o ligeiro defeito de se haver colocado sob a alcada do artigo 206 do Código Penal que dá aos falsificadores o prémio de 8 anos de prisão maior celular «é 12 de degrado!»

Bagatela... convoca-se uma assembleia geral, descompõem-se os governos e as autoridades da República, despeja-se uma cabana de insultos sobre quem se permita apitar pela polícia, e fica tudo como dantes.

É conveniente, e isso foi feito, era esperar uma ocasião favorável proveniente da melhoria do câmbio ou de qualquer outra boa oportunidade.

Essa oportunidade veio, com efeito, nos princípios de 1924 em que o próprio Estado pôde fornecer, por venda, ao Fundo de Amortização e Reserva um lote grande de obrigações de 3%. Extero, existente em 20 de Agosto de 1925, Calendário para 1926—Calendário para 1927—O que há a fazer nos doze meses do ano—Calendário para os anos de 1900 a 1980—Subsídios para a história do movimento sindicalista em Portugal, por Alexandre Vieira—Revolução e contra-revolução; resenia dos factos mais importantes ocorridos de 1918 a 1925—Militares e propagandistas mortos: António Manoel, Nuno Vasco, José Sebastião Cebola, José Lopes, Virgílio Santos, Guilherme Linha, António Marvão, Miguel Córdoba, Francisco Cristo, António José Ávila e Joaquim da Silva—Legislação: acidentes de trabalho, árbitros avindores, inquérito e regulamentação de trabalho—Indicações atípicas: marés, imposto do selo e correio—Relação dos organismos operários—Juventude sindicalista—Imprensa operária, corporativa e social.

Estão roubados, e vamos ver porquê.

Respondendo ao quesito 5.º do sr. Torres Garcia o Banco confessa uma circulação privativa ouro, existente em 20 de Agosto de 1925, Calendário para 1926—Calendário para 1927—O que há a fazer nos doze meses do ano—Calendário para os anos de 1900 a 1980—Subsídios para a história do movimento sindicalista em Portugal, por Alexandre Vieira—Revolução e contra-revolução; resenia dos factos mais importantes ocorridos de 1918 a 1925—Militares e propagandistas mortos: António Manoel, Nuno Vasco, José Sebastião Cebola, José Lopes, Virgílio Santos, Guilherme Linha, António Marvão, Miguel Córdoba, Francisco Cristo, António José Ávila e Joaquim da Silva—Legislação: acidentes de trabalho, árbitros avindores, inquérito e regulamentação de trabalho—Indicações atípicas: marés, imposto do selo e correio—Relação dos organismos operários—Juventude sindicalista—Imprensa operária, corporativa e social.

Resumo do calendário de 1925—Calendário para 1926—Resumo do calendário para 1927—O que há a fazer nos doze meses do ano—Calendário para os anos de 1900 a 1980—Subsídios para a história do movimento sindicalista em Portugal, por Alexandre Vieira—Revolução e contra-revolução; resenia dos factos mais importantes ocorridos de 1918 a 1925—Militares e propagandistas mortos: António Manoel, Nuno Vasco, José Sebastião Cebola, José Lopes, Virgílio Santos, Guilherme Linha, António Marvão, Miguel Córdoba, Francisco Cristo, António José Ávila e Joaquim da Silva—Legislação: acidentes de trabalho, árbitros avindores, inquérito e regulamentação de trabalho—Indicações atípicas: marés, imposto do selo e correio—Relação dos organismos operários—Juventude sindicalista—Imprensa operária, corporativa e social.

Resumo do calendário de 1925—Calendário para 1926—Resumo do calendário para 1927—O que há a fazer nos doze meses do ano—Calendário para os anos de 1900 a 1980—Subsídios para a história do movimento sindicalista em Portugal, por Alexandre Vieira—Revolução e contra-revolução; resenia dos factos mais importantes ocorridos de 1918 a 1925—Militares e propag